

UM PÉ NO SERTÃO O OUTRO, NA PRAIA: O COMÉRCIO DO GADO SERTANEJO NAS FEIRAS DA BAHIA

Miguel Angelo Almeida Teles¹

RESUMO

Este trabalho tem como escopo caracterizar o transporte do *gado vacum*, a pé, dos sertões baianos para as feiras de Capoame e Feira de Santana, reconhecidas como grandes centros fornecedores para o mercado da carne, do couro e dos animais de tração para Salvador e seu Recôncavo. Desse modo, buscamos representar a figura humana do tangerino na realização desse trabalho, assim como o contexto socioeconômico desses indivíduos imbuídos na atividade vaqueira, na especificidade do transporte das boiadas. Colocados na condição de inferioridade e segregação, esses representantes da economia do pastoreio, comboiavam o gado a pé, a longas distâncias, desde os primórdios da apropriação das terras dos povos originários até meados do século XX, com o surgimento gradativo das ferrovias e rodovias. Dessa forma, procuramos, com este trabalho, trazer para o centro do debate da História da Bahia, através das narrativas orais dos nossos coadjuutores, a contribuição socioeconômica e cultural dos tangerinos, assim como os saberes e fazeres, as agruras e as trajetórias de vida desses sujeitos históricos, parcamente discutidos pela historiografia.

Palavras-chave: sertões da Bahia; tangerinos; trajetória do gado.

ABSTRACT

This work aims to characterize the transport of cattle, on foot, from the Bahian hinterlands to the fairs of Capoame and Feira de Santana, recognized as major supplier centers for the market of meat, leather and draught animals to Salvador and its Recôncavo. In this way, we seek to represent the human figure of the drovers in the performance of this work, as well as the socioeconomic context of these individuals imbued in the cowherd activity, in the specificity of the cattle transport. Placed in a condition of inferiority and segregation, these representatives of the grazing economy convoyed cattle on foot, over long distances, from the beginning of the appropriation of the lands of the native peoples until the middle of the twentieth century, with the gradual emergence of railroads and highways. In this way, we seek, with this work, to bring to the center of the debate on the History of Bahia, through the oral narratives of our coadjutors, the socioeconomic and cultural contribution of the cattle drovers, as well as the knowledge and practices, the hardships and the life trajectories of these historical subjects, scarcely discussed by historiography.

Keywords: Bahia backlands; drovers; cattle routes.

¹ Licenciatura em História (UNOPAR). Especialização em História da Bahia (UEFS). Fotógrafo e documentarista. Sócio do IGHB.

Introdução

Esse trabalho, que ora apresentamos, buscamos a valorização da memória dos tangerinos, atores que ladearam com os vaqueiros, desde antanho, na condução do gado para os distantes centros consumidores de carne e de força motriz dos engenhos. No intuito de resgatar a saga destes homens, evidenciamos suas trajetórias de vida e o legado social dos tangedores de boiadas, com seus saberes e fazeres, convertendo-os em “sujeitos” coautores do presente trabalho.

Dessa forma, ao emprendermos estudos na caracterização dos tangerinos, distintivamente colocados na condição de inferioridade e segregação, corroboramos com o pensamento de Sharpe, (1992), no qual ele faz grandes revelações alusivas às atividades destes sujeitos históricos, que poderiam ser externadas, mas se encontram ocultas por indícios inexplorados. Segundo o autor, essas análises, ao longo do tempo, irão preencher as lacunas, corrigindo e ampliando a corrente principal da História. Desse modo, a “história vista de baixo”, além de oportunizar um conhecimento mais consistente sobre os fatos transcorridos no passado, finda por tornar perceptível uma pluralidade de enigmas historiográficos, que envolto por indícios ainda inexplorados, poderiam ser conhecidos pela História oficial (Sharpe,1992).

Assim, enfatizamos e justificamos, com este trabalho, a necessidade de um debate sobre a temática, sob o risco do esquecimento e do desaparecimento do registro das trajetórias de determinados povos e grupos sociais que têm na tradição oral uma forma privilegiada de salvaguarda da sua memória. Nesse sentido, Zunthor faz consonância ao pensamento de Halbwachs ao afirmar que

O que se conhece por tradição oral de um grupo social é formado por um conjunto de intercâmbios orais ligados a comportamentos mais ou menos codificados, cuja finalidade básica é manter a continuidade de uma determinada concepção de vida e de uma experiência sem as quais o indivíduo estaria abandonado à sua solidão, talvez ao desespero (Zunthor, 1985, p. 4 *apud* Matos, 2005, p. 5).

É por essa razão, que procuramos, no decurso desse trabalho, resgatar os relatos orais, dos quais guardamos registros documentais, embasados nos informes dos sujeitos retratados ao longo da sua existência. Desse modo, dentro de uma percepção na qual nos referimos a “sujeitos”, estamos colocando-os como coautores das histórias pormenorizadas, ou seja, para além da posição de “fontes orais”. São participantes diretos da narrativa a se construir com a presente investigação, perspectiva defendida por

Thompson: “[...] a evidência oral, transformando os ‘objetos’ de estudo em ‘sujeitos’, contribui para uma história que não é só mais rica, mais viva e mais comovente, mas também *mais verdadeira* (Thompson, 1992, p. 137).

Todavia, a identidade só existe quando há uma memória e nesse sentido, qualifica a memória como “um elemento essencial do que se costuma chamar *identidade*, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje na febre e na angústia” (Le Goff, 2003, p. 469, grifo do autor).

Entretanto, a essa possibilidade de um conhecimento arraigado do passado, Halbwachs acentua que “a memória de uma sociedade, se esgota lentamente, sobre as bordas que assinalam seus limites, à medida que seus membros individuais, sobretudo os mais velhos desapareçam ou se isolem” (Halbwachs, 1990, p. 84).

Todavia, Le Goff (2003, p. 422) considera os esquecimentos e os silêncios como mecanismos de manipulação da memória e do esquecimento coletivo pelas forças sociais do poder, por meio de indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas.

Como metodologia inserida no rol das pesquisas qualitativas, trabalhar com História Oral implica trabalhar com significados. Dessa forma, na historiografia e na teoria da história, em que se compilam as concepções propícias para analisar os impasses da metodologia ocasionados pela pesquisa histórica. Assim, Ferreira analisa que a história oral não pode ser concebida como disciplina, técnica ou metodologia, mas sob a perspectiva teórico-metodológica. (Ferreira, 2012).

Por conseguinte, lançamos mãos de duas entrevistas inéditas, realizadas pela equipe do Projeto Aboio,² em agosto de 2005, à parte àquelas utilizadas nos

² O Projeto Aboio, idealizado em 2005, por Miguel Teles (BCEB/FPC) e Manoel Neto (CEEC/UNEB), tivera como abordagem os vaqueiros da mesorregião de Canudos, cujo objetivo fora o registro da história e do mundo sociocultural desse emblemático personagem humano do semiárido brasileiro. Como resultado, o Projeto Aboio produziu dois documentários: “Vaqueiros Canudos”, (2007), e “O Sertão que o Coração Vê”, (2010), assim como a Exposição Fotográfica “Vaqueiros Canudos”. A aludida mostra fotográfica, encontra-se em exposição permanente na Casa dos Olhos D’Água e no Museu do Sertão (UEFS), em Feira de Santana-Ba (Notas do autor).

documentários, “Vaqueiros Canudos” (Teles; Santos Neto, 2007)³ e “O Sertão que o Coração Vê” (Teles; Santos Neto, 2010).⁴

³ TELES, Miguel Angelo Almeida; SANTOS NETO, Manoel Antonio dos. *Vaqueiros Canudos*. Salvador: UNEB; BPEB, 2007. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=jt__mxC7neg

⁴ TELES, Miguel Angelo Almeida; SANTOS NETO, Manoel Antonio dos. *O sertão que o coração vê*. Salvador: CEEC/UNEB, 2010. 1 DVD. (20 min.). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=kziriF-uBnI>

Bois aos berros

A introdução das primeiras matrizes do *gado vacum*,⁵ em terras alheias aos mapas cartográficos do século XV, fora trazidas pelo navegador genovês Cristóvão Colombo, apontado como o primeiro europeu a ancorar as caravelas, sob seu comando, nas futuras terras pertencentes à Coroa espanhola. Desse modo, conforme Dias (2006, p. 8), fundamentado nos escritos da *Historia de las Indias* do Frei Bartolomeu de Las Casas, em 1493, aponta, como feito do próprio Colombo, o embarque, na Ilha de *La Gomera*, do primeiro magote de animais das espécies bovina, caprina, ovina e suína destinados àquelas terras. Entretanto, ao tempo em que na América espanhola existem na historiografia registros sobre a chegada das primeiras matrizes do gado, na Colônia portuguesa perdura, até os dias atuais, uma discordância entre os historiadores sobre a introdução das primeiras reses em território brasileiro, pela insuficiência de informações comprobatórias que indiquem corretamente a localização e a temporalidade do desembarque dos animais.

Concomitante a tal fato, na América portuguesa, os povos originários aqui encontrados pelos integrantes da esquadra do navegador português Pedro Álvares Cabral, em 1500, também desconheciam os animais domésticos do Velho Mundo. Dessa forma, o escrivão da armada, Pero Vaz de Caminha ao noticiar o Rei de Portugal, D. Manuel sobre o achado da Terra de Vera Cruz, transmitira ao monarca acerca das práticas dos indígenas, os quais “[...] não lavram, nem criam, nem há aqui boi, nem vaca, nem cabra, nem ovelha, nem galinha, nem nenhuma outra alimária que seja acostumada ao viver dos homens [...]” ([Caminha], 1900, p. 12). Todavia, conforme Azevedo, (1969, p. 318), sem excetuar a predileção dos povos originários em adotarem alguns animais característicos do lugar, os nativos não recorriam à *mimbaba*⁶ como força de trabalho e nem da sua carne para alimentação.

Como relatado, a ausência de documentos probatórios que sistematizem a chegada do *gado vacum* em terras brasileiras, até a atualidade, fizera com que alguns estudiosos discorressem sobre algumas hipóteses e algumas pressuposições sobre o alusivo fato.

⁵ O termo *gado vacum*, conforme Cunha, é utilizado para designar o rebanho bovino constituído de vacas, novilhas, bezerras, touros, bois, novilhos e bezerros (Cunha, 2007, p. 808).

⁶ Conforme o tupinólogo Teodoro Fernandes Sampaio, o vocábulo *mimbaba* – “corr. *mymbaba*: termo em tupi-guarani cujo significado remete a cria; a criação; o animal doméstico” (Sampaio, 2010, p. 282).

À vista disso, alguns pesquisadores, (Dias, 2006; Simonsen, 2016) consideram o acesso das primeiras matrizes bovinas, totalizando trinta e dois animais, em 1534, na Capitania de São Vicente, trazidos por D. Ana Pimentel, esposa e procuradora do donatário Martim Afonso de Souza.

Sob outras perspectivas, outros estudiosos (Prado, 1945; Freyre 1989; Neves, 2011), pressupõem outras possíveis hipóteses sobre o exórdio do gado no Brasil. Assim sendo, Gilberto Freyre assevera a possibilidade da entrada dos animais em solo brasileiro, em Pernambuco, em 1535, por obra do seu donatário Duarte Coelho Pereira quando “ao chegar ao Brasil com a mulher e a parentela, talvez com escravos negros, com bois, com cavalos, com sementes [...]” (Freyre, 1989, p. 119). Também, Goulart, (1965), embasado em Aurélio Porto⁷, ressalta que, apesar de um número insignificante de reses, criadas simplesmente para a consumação, o gado tenha aparecido em solo brasileiro no despontar do século XVI, anterior à criação das Capitanias Hereditárias, quando os lusitanos e franceses fundaram pontos de negociações nas proximidades com o mar, nos quais,

[...] costumavam permanecer, às vezes por longo tempo, prepostos que se entregavam ao escambo com a gente da terra. Não seria de se admirar, portanto, que nas embarcações vindas d’Europa, bovinos destinados a serem aqui desembarcados e fizessem parte de seus carregamentos (Goulart, 1965, p. 13).

Em vista disso, o Rei português, D. João III, no tentame de ordenar e estruturar o povoamento na colônia e evitar possíveis ataques e invasões, estabeleceu o sistema de Capitanias Hereditárias, em 1534. À vista disso, as terras pertencentes à Coroa portuguesa, limitadas a partir da linha imaginária do Tratado de Tordesilhas, foram loteadas em quinze faixas e distribuídas entre doze nobres lusitanos. Todavia, quinze anos mais tarde, diante do malogro administrativo ocasionado pelo sistema das Capitanias, assim como observada a distância da metrópole, o reinado português resolvera criar o Governo Geral do Brasil em 17 de dezembro de 1548 e nomear Tomé de Souza como Governador. Para tanto, nessa segunda fase de ocupação, a Coroa resgatara a Capitania da Baía de Todos os Santos das mãos dos herdeiros do donatário Francisco Pereira Coutinho, transformando-a na sede do governo, em 1549, cujo marco inicial fora a construção da cidade do Salvador.

⁷ PORTO, Aurélio. Introdução do gado na América. *In*: Anais do terceiro congresso de história nacional. Rio de Janeiro: 1942.

Entretanto, no que concerne à presença do *gado vacum* em terras baianas, em Portugal, havia a evidência dos animais, em terras brasileiras, antes do embarque do Primeiro Governador Geral. Tal indício, resulta no fato da presença de alguns indivíduos, qualificados na lida com o gado, dentre o séquito de Tomé de Souza que aportara em Salvador em 29 de março de 1549. Em suma, conforme Sampaio, (2016, p. 297), dentre os recém-chegados à Bahia figuram “os vaqueiros Pero Gonçalves D’Alpedrinha, Domingos Fernandes de Vianna e Gonçalo Rodrigues de Murça”, assim como “os carreiros João Dias de Soajo e Martin Gonçalves”.

A esse indicativo, alguns autores (Prado, 1945; Azevedo, 1549) utilizam-se do argumento sobre a autorização do Governador Geral, em 16 de agosto de 1549, encaminhada ao tesoureiro das Rendas Reais, Gonçalo Ferreira. Na aquiescência, Tomé de Souza sanciona o dispêndio de vinte e oito mil réis (28\$000) relativo à compra de dois bois mansos⁸, por treze mil réis (13\$000), assim como a aquisição de quatro novilhos, por quinze mil réis (15\$000), a serem empregados na construção da cidade do Salvador.

Concomitantemente, na Bahia, alguns autores (Prado, 1945; Azevedo, 1969; Neves, 2011) corroboram que, um ano após o ancoragem do Primeiro Governador Geral, chegara às terras baianas, um rebanho de cinquenta reses, oriundas da Ilha de Cabo Verde. O apporto desses animais, barganhado com madeiras da Bahia, fora noticiado ao Rei em 18 de junho de 1551, sobre os quais Tomé de Souza, anunciara que “[...] *he a maior nobreza e fartura que pode haver nessas partes*”(Prado, 1945, p. 106).

Esse gado, trazidos a bordo da caravela Galga – ou “Galega”, como nos adverte Neves (2011, p. 253) – foram distribuídos aos aristocratas palacianos, “senhores de baração e cutelo”, dentre eles, o feitor e almoxarife de Salvador Garcia de Ávila, sobre o qual pairava a suspeita de ser filho bastardo de Tomé de Souza (Neves, 2011, p. 253). Além dos potentados, um magote de doze vacas fora entregue ao Colégio dos Jesuítas, “para os meninos terem leite, que é de grande mantimento” (Nóbrega, 2015, p. 182).

Essas reses foram inicialmente criadas nas cercanias da Capital da Bahia. Um desses privilegiados, Garcia D’Ávila assentara os mourões do seu primeiro curral no

⁸ O termo “boi manso” refere-se a animais já acostumados ao trabalho, ao jugo dos carros de bois ou aos movimentos dos trapiches nos engenhos (nota do autor).

bairro de Itapagipe, depois Itapuã e finalmente Tatuapara,⁹ atualmente Praia do Forte, no município de Mata de São João-BA.

Assim, a profícua adaptação/ambientação do *gado vacum* nas encostas da beira-mar baiano sobre os quais o senhor de engenho e pecuarista Gabriel Soares de Sousa, certificara que “[...] se dão de feição que parem¹⁰ cada ano e não deixam de parir por velhas. As novilhas, como são de ano, esperam o touro, e aos dois anos vêm paridas [...]” (Sousa, 2015, p. 218).

Tendo em vista a natural proliferação do rebanho, nas terras roxas do litoral, reservadas ao plantio da mandioca e ao cultivo da cana-de-açúcar, evidenciara de pronto, a impossibilidade de criação do gado dentro do referido espaço geográfico. Dessa maneira, diante das manifestas insatisfações, conflitos e litígios entre agricultores e pecuaristas, a Coroa portuguesa interviria com algumas provisões, no século XVII, dentre elas consentindo, apenas, a criação de animais de serviço, em pastos cercados.

Entretanto, após fracassados esforços da Coroa portuguesa na tentativa de apaziguar as contendias, assegurando a zona litorânea apenas para os bens agricultáveis, a criação extensiva do gado fora rechaçada para além das dez léguas que circundavam a beira-mar, que conforme Simonsen,

Uma das razões da retirada dos currais de criação para o sertão brasileiro, longe dos engenhos, dos canaviais e dos mandiocais e em terras mais pobres que não poderiam ser aproveitadas para as culturas exigidas pelo número crescente de engenhos do litoral. Uma Carta Régia de 1701 proibia mesmo a criação a menos de dez léguas do litoral (Simonsen, 2016, p. 196).

Conseqüentemente, a zona litorânea da Bahia fora exclusivamente demarcada para os bens agricultáveis, relegando a pecuária para as terras compreendidas a partir do agreste, e expandindo para os sertões baianos. Essa segmentação, sob o ponto de vista de alguns estudiosos (Furtado, 1975; Guimarães, 1977; Prado Júnior, 1963) caracterizara-se como o principal impulso da divisão dos dois setores produtivos na Bahia: a agricultura e a pecuária.

A predisposição dos primeiros portugueses em ocuparem as terras úmidas e férteis da beira-mar e sua predileção em povoarem as “fraldas do mar e se ocuparem somente de

⁹ Tatuapara, Casa da Torre ou Castelo de Garcia D’Ávila.

¹⁰ O termo “parem”, nesse caso, faz alusão ao verbo parir “[do latim *parere*] expelir do útero [falando da fêmea vivípara em relação ao ser que ela concebeu]. Dar a luz” (Ferreira, 1986, p. 1271).

fazer açúcares” (Brandão, p. 52), onde permaneceram “arranhando ao longo do mar como caranguejos” (Salvador, 2009, p. 39), ficaram evidentes, nas narrativas dos cronistas dos séculos XVI e XVII os parcos entendimentos sobre a totalidade das terras brasileiras, que segundo Neves, esses homens,

[...] acostumados a raciocinar sobre os limites territoriais de Portugal, perdiam-se nas dimensões geográficas coloniais. [...] Apenas no que se diz respeito aos engenhos de açúcar e ao cultivo e processamento do tabaco, nota-se o conhecimento próprio do que apresenta. No que se refere à pecuária e a mineração, percebem-se generalizações parciais e divagações, indícios e coleta de informações orais (Neves, 2016, p. 51-52).

Todavia, os descontentamentos consumados aos criadores de gado pela Coroa Portuguesa foram sucessivamente recompensados, como forma de desagravo, pelo reinado luso, concedendo grandes extensões de terras além da faixa destinada à agricultura. Essa aquiescência fizera com que vários apadrinhados palacianos lograssem dessas condescendências e se apoderassem de longas faixas de terras, gastando “apenas papel e tinta em requerimentos das sesmarias” (Abreu, 2006, p. 133), angariando-as “com a mesma facilidade com que as pedia, mais por prudência e cortesia que pela importância das concessões” (Calmon, 1983, p. 57). Dessarte, o europeu utilizando-se do estandarte do cristianismo, do conjunto de práticas do mercantilismo e do pacto português, firmado com o Vaticano, para a universalização desses valores que, a poder das armas, escravizara, exterminara e expulsara os povos originários remanescentes cada vez para mais longe. Em síntese, as terras dos povos originários eram loteadas entre aqueles que “animados por deplorável zelo de constranger a ferro e a fogo os selvagens e abraçar o cristianismo e se deixarem batizar, enviavam destacamentos armados para as florestas” (Neuwied, 1940, p. 377).

Fora nesse ambiente que, nos séculos iniciais da apropriação das terras dos povos originários, o *gado vacum*, animais domésticos alheios à convivência e aos tratos dos indígenas, abria caminhos, invadira os sertões, dera nova aparência àquela superfície inóspita, árida e endurecida, adversa, à época, a qualquer outro tipo de cultura de grandes resultados. E, assim, a invasão das boiadas impusera, nos primórdios dos sertões baianos uma civilização essencialmente campesina, a qual Capistrano de Abreu batizara como a “época do couro” (Abreu, 2006, p. 135).

Uma vez que as boiadas foram deslocadas para os sertões, esboçaram-se as fazendas de criar, onde se podiam assentar currais para a criação do *gado vacum* e cavalari. Esses estabelecimentos eram construídos de forma concisa, o que se explica a celeridade da expansão da fronteira pastoril, como descreve o autor desconhecido do “*Roteiro do Maranhão a Goiaz pela Capitania do Piauí*”, nos seus escritos do século XVIII: “Levantada uma casa, coberta pela maior parte de palhas, feito uns currais e introduzidos uns gados, estão povoadas três léguas de terra e estabelecida uma fazenda” (Roteiro, 1900, p. 88). Dessa forma a organização desses empreendimentos realizados de forma básica consistia no assenhoreamento das terras, habituar os animais às novas pastagens para serem entregues aos cuidados do vaqueiro na condição de escravizado ou assalariado. Essa estrutura social do pastoreio fora representada pela figura humana do “homem dos couros”, pois, em muitos casos, a ausência patriarcal nos currais, notadamente pelo caráter urbano do proprietário, os quais viviam “ostentando como outros dominadores do solo um feudalismo achamboado” (Cunha, 2002, p. 106), dedicando-se a outras atividades econômicas, sobretudo ao comércio, instituíra o vaqueiro como o vulto central dos currais.

Conseqüentemente, o gado era criado solto e entregue aos cuidados do vaqueiro, preposto do dono das terras, responsável por todos os serviços da propriedade que auxiliado por alguns “fábricas”,¹¹ só começava a ser recompensado após quatro ou cinco anos de serviço prestado. Nessa relação de trabalho, consistia na remuneração estipulada, em vinte e cinco por cento (25%), dos animais nascidos na propriedade e ficara conhecida no vocabulário pastoril sertanejo como “tirada na sorte” ou “quarteação”. Nesse molde de estipêndio, o vaqueiro recebia um quarto dos animais – daí a origem do termo quarteação – gerado na fazenda, no ano anterior, cuja partilha era realizada com a presença do proprietário (Abreu, 1998; Prado Júnior, 2002; Andrade, 2005).

Por conseguinte, Capistrano de Abreu classificara essa fase de povoamento dos sertões nordestinos em duas vertentes, assinaladas como os “sertões de fora” e os “sertões de dentro” (Abreu, 1998, p. 137). Na ocupação adjetivada como “sertão de fora”, o caminho, a partir de Pernambuco, atravessava a Borborema, na Paraíba, até alcançar as terras do Ceará. Sob outra perspectiva, a estrada iniciada na Bahia, qualificada como

¹¹ Segundo Prado Júnior, (2002), os “fábricas” eram às vezes escravos, mas geralmente assalariados, subalternos e colaboradores dos vaqueiros, cujo número variava conforme a proporção da fazenda.

“sertão de dentro”, o autor acompanhara os informes de viajantes que percorriam os sertões baianos, colhidos pelo jesuíta André João Antonil, no alvorecer do século XVIII,

Estende-se o sertão da Bahia até a barra do Rio São Francisco, oitenta léguas por costa; e indo para o rio acima até a barra que chamam de Água Grande, fica distante a Bahia da dita barra cento e quinze léguas; de Santunse, [Sento Sé] cento e trinta léguas; de Rodelas, por dentro, oitenta léguas; das Jacobinas noventa, e do Tucano cinquenta (Antonil, 1997, p. 199, grifo nosso).

Concomitantemente, o religioso descreve o quantitativo dos currais, distribuídos naqueles sertões, em observância da distribuição das fazendas de criar, às margens dos grandes mananciais hídricos,

Os currais da parte da Bahia estão postos na borda do rio de São Francisco, na do rio das Velhas, na do rio das Rãs, na do rio Verde, na do rio Paramirim, na do rio Jacuípe, na do rio Ipojuca, na do rio Inhambupe, na do rio Itapicuru, na do rio Real, na do rio Vasabarris, na do rio Sergipe e de outros rios [...] (Antonil, 1997, p. 199)

As grandes famílias detentoras desses currais, dentre elas, Garcia D’Ávila e Guedes de Brito, doravante a instalação do Primeiro Governo Geral do Brasil, em 1549, amealhavam, como donativo, enormes sesmarias, as quais adentravam, a cada requerimento, os sertões baianos, acompanhando as vertentes dos grandes rios, “tornando-se senhores de uma extensão territorial maior que muitos reinos europeus” (Andrade, 2005, p. 184). Entretanto, esses supracitados proprietários não foram os únicos grandes latifundiários, que obtiveram, por meios dos beneméritos da Coroa portuguesa, seus quinhões de terra assenhorada dos povos indígenas. De acordo com Barbosa Lima Sobrinho, (1946) outros potentados, tais como João Peixoto Viegas, Manoel de Oliveira Porto, Afonso Rodrigues Adorno, Bernardo Vieira Ravasco, dentre outros, tornaram-se senhores de ferro e sinal, mandatários de grandes extensões na Província da Bahia.

A dimensão padronizada de uma “fazenda de criar”, conforme Prado Júnior, (2002, p. 1289-1290) “constitui em geral com três léguas de terra, disposta ao longo de um curso d’água, por uma de largura, sendo meia pra cada margem”. Nas linhas divisórias dessas propriedades eram entremeadas por uma légua de terra, entre as fazendas, as quais eram

denominadas o “sobrado”,¹² cujo vínculo determinado pelas águas do mesmo rio, recebia o nome de “ribeira”.¹³

Em alusão ao êxodo das boiadas das terras litorâneas para além das terras roxas, reservadas à agricultura, perante os embargos impostos pela Carta Régia de 1701, (Simonsen, 2016), o sertão ficara responsável provisãoamento de proteína animal e de bois de tração para Salvador e seu Recôncavo. Sobre a importância do *gado vacum*, na produção açucareira, Lima Sobrinho assinala que,

Nem sempre os engenhos eram movidos à água, e podia suceder que uma seca inclemente impedisse o emprego desse elemento [...]. Existia um tipo de engenho denominado “trapiche”, e que não empregava senão bois no serviço de moagem. [...] Para cada um daqueles engenhos precisava-se, no mínimo, de sessenta bois, que trabalhavam revezadamente de doze em doze. Havia também o transporte de cana apanhadas no corte e que eram carregadas até junto das moendas; havia o abastecimento de lenha para as caldeiras; havia, por último, que conduzir o açúcar fabricado aos portos de embarque (Lima Sobrinho, 1946, p. 41-42).

Sob o prisma do abastecimento da carne verde e do couro para suprir as necessidades da Capital baiana e seu entrono, segundo o cronista do início do século XVII, foram amparadas com as remessas das boiadas sertanejas,

[...] que ordinariamente vêm à Bahia de cem, cento e cinquenta, duzentas e trezentas cabeças de gado; e destas, quase cada semana chegam algumas a Capoaime, lugar distante da cidade oito léguas, aonde têm pasto e aonde os marchantes as compram; e em alguns tempos do ano há semanas em que, cada dia, chegam boiadas (Antonil, 1997, p. 202).

Entretanto, diante da impossibilidade do afastamento do “homem fixo aos currais” das fazendas de criar, como representante do proprietário das terras e responsável com a lida dos animais, as reses destinadas às feiras de gado eram comboiadas pelos coadjuvantes dos vaqueiros, contratados para esse fim. Esses homens, encarregados do comboio das

¹² Alguns autores, equivocadamente, contextualizam o termo “sobrado” como habitação “[...] os quais se dá esse nome por causa de vagamente semelharem um edifício [...]” (Abreu, 1998, p. 133). Todavia, o vocábulo faz alusão a uma légua de terra devoluta que entremeava as fazendas de criar, com a finalidade de evitar a invasão e mesclagem de animais alheios de outras propriedades, devido à ausência de cercas e tapumes entre elas.

¹³ Ribeira: termo em desuso na atualidade. Refere-se ao quantitativo das fazendas de gado dispostas nas duas margens de um manancial que atravessava as diversas propriedades, ao longo do seu curso e recebia a denominação homônima ao rio. Desse modo, as marcações realizadas no rebanho do gado *vacum* e cavalariço, obedecia os seguintes critérios: do lado direito era tatuado com ferro em brasa, no corpo do animal, o sinal do proprietário e, do lado esquerdo, a marca da ribeira (Serejo; Viana; Macedo, 2022, p. 167).

reses para os grandes centros consumidores e, ao mesmo tempo, responsáveis pelo escoamento da produção das fazendas de criar, ficaram conhecidos nos sertões nordestinos como tangerinos.¹⁴

Desse modo os tangerinos ficavam incumbidos da imensa responsabilidade da conservação, do cuidado e da entrega final de uma “mercadoria” em perfeitas condições de consumo. Ademais, que essa mercadoria depois de semana de jornada, ao chegar a seu destino final, os campos do gado das feiras de Capoame¹⁵ e Santana dos Olhos D’Água¹⁶, representava o resultado de um hercúleo esforço conjugado a um grande dispêndio de energia a fim de garantir a sustentação da economia dos currais, assim como o fornecimento do gado *vacum* para o abastecimento da carne para a população litorânea, do couro e de animais de tração para fomentar a produção do açúcar.

Assim, no que concerne ao escoamento de produção das fazendas pastoris dos sertões para o centro consumidor de Capoame, no alvorecer do século XVIII, consoante Antonil, (1982, p. 202), era realizado por “brancos mulatos e pretos, e também índios que com este trabalho procuram ter algum lucro”. Desse modo, o autor assinala que,

Aos índios que das Jacobinas vêm para Capoame se dão quatro até cinco mil réis, e ao homem que com seu cavalo guia a boiada, oito mil

¹⁴ Considerando a guisa de apresentação, a etimologia do termo tangerino deriva-se “do latim *tangere*, no sentido de tocar, apalpar, ir ver” (Girão, 1967, p. 217). Sua definição gramatical, universalizada por vários lexicólogos e filólogos (Ferreira, 1986, p. 1647; Girão, 1967, p. 217; Souza [1939], p. 309) o vocábulo faz alusão “aquele que a pé dirige o gado ou boiada”. Ainda consonante Souza, reiterando às afirmações, acrescenta que “assim são designados no Nordeste os indivíduos vaqueiros ou não, a pé ou a cavalo, que tange o gado das boiadas para as feiras ou para novas fazendas” (Souza, [1939], p. 309). Da mesma forma, constatamos em nossas pesquisas o sinonímico “salta moitas” (Trigueiro, 1977, p. 175; Souza, [1939], p. 309) descrito por este último como “pejorativo dado ao condutor das boiadas, auxiliares dos vaqueiros propriamente ditos, que viaja a pé, ladeando-as” (Souza, [1939], p. 309).

¹⁵ Capoame fora um entreposto comercial do gado sertanejo, onde está localizado, atualmente, o município de Dias D’Ávila-BA. Há uma discordância entre os autores, na bibliografia consultada, sobre o ano do seu estabelecimento, assim como do seu deslocamento para Santana dos Olhos D’Água. Assim, no que concerne à instalação e transferência da alusiva feira de gado, Neves (2016, p. 132) afirma que perdurara entre 1727 e 1830, enquanto, Schwartz (1988, p. 88) assegura que permanecera entre os anos de 1614 e 1870.

¹⁶ A fazenda Santana dos Olhos D’Água, que dera origem ao povoado e conseqüentemente ao município de Feira de Santana, (Poppino, 1968, p. 55), fora pouso dos tropeiros, de viajantes e das boiadas provenientes dos sertões baianos, de Minas Gerais, do Piauí e Goiás. Localizado a três léguas ao sul de São José das Itaporocas, atual distrito de Maria Quitéria, tornara-se um importante centro comercial das boiadas desde o século XVII. Em 1837, a feira do gado fora transferida para o campo da Gameleira, atual [Praça D. Pedro II], conhecida como Praça do Nordeste; entre 1938 e 1943, fora relocada para os “Currais Modelos”, localizado na zona central da cidade, onde atualmente encontram-se o Colégio Municipal [Centro Integrado de Educação Municipal Professor Joselito F. Amorim] e o Fórum Filinto Bastos; entre 1959 e 1962, a feira do gado fora removida para o bairro da Queimadinha e, atualmente, funciona no Campo do Gado Novo, no bairro Campo do Gado (Oliveira, 2008, grifos nossos).

réis. Sendo as distâncias maiores, cresce proporcionadamente a paga de todos. E, por isso, do rio São Francisco acima, vindo para Capoame, alguns dos que tomam à sua conta trazer boiadas alheias querem seis ou sete tostões por cada cabeça e mais, se for maior a distância (Antonil, 1982, p. 202).

De acordo com Puntoni, (2002), muitas vezes essa mão-de-obra dos povos originários era fornecida por missionários responsáveis pelos aldeamentos circunvizinhos às empresas pastoris, contanto que o pagamento fosse considerado satisfatório pelos religiosos. Na maioria dos casos, essa remuneração, ainda conforme o autor, era partilhada entre os representantes do clero e os indígenas, com grande prejuízo para esses últimos.

Sob o ponto de vista governamental, consonante Puntoni, (2002), essa manipulação do trabalho dos povos originários, tinha aquiescência do Governador Geral João de Lencastro,¹⁷ sob a ressalva do salário destinado aos indígenas, como tangerinos, deveria ser supervisionado por seus procuradores e averbado na presença de um “índio mais ladino”. Assim fundamentado no trabalho de Virgínia Rau,¹⁸ o autor evidencia que,

Os proprietários de gado que mantinham em suas fazendas o número estritamente necessário de escravos, se fosse proibido que “os índios conduzissem esses gados, dos sertões para a Bahia ou seu Recôncavo ou [para] Pernambuco, nunca os poderiam enviar, faltando aos povos aquele provimento tão essencial”. O trabalho de guias e tangedores realizados pelos índios era, do seu ponto de vista, muito útil para os próprios porque com as pagas ganham “com que vestir suas mulheres (Puntoni, 2002, p. 43, grifos do autor e grifo nosso).

Ainda no que concerne aos ganhos relativos ao trabalho dos povos originários, como tangerinos, o padre missionário frei Miguel de São Jerônimo solicitara ao Governador da Bahia, D. Rodrigo da Costa,¹⁹ providências cabíveis para o pagamento de uma dívida contraída na sua Missão, pelo vaqueiro Francisco da Costa. Em resposta à carta do frei Miguel de 11 de agosto de 1704, o Governador, além de outras questões demandada pelo religioso alheias ao assunto do ressarcimento, responde que “[...] Mandei chamar a Francisco da Costa, e lhe ordenei que pagasse logo, aos dois índios que vierem

¹⁷ O 32º Governador, D. João de Alencastro, tomara posse em 25 de maio de 1694 e permanecera no cargo até 3 de julho de 1702 (Vilhena, 1969b).

¹⁸ “Papel que o senhor dom João de Lencastro responde aos 16 pontos sobre as missões, 26/7/1702”. In: RAU, Virgínia (ed.). Os manuscritos do arquivo da casa de Cadaval respeitantes ao Brasil. Coimbra: 1956, p. 49-52. v. 2 *apud* Puntoni, 2002, p. 43.

¹⁹ O 33º Governador, D. Rodrigo da Costa, tomara posse em 3 de julho de 1702 e permanecera no cargo até 8 de setembro de 1705 (Vilhena, 1969b).

com sua boiada, o que seu vaqueiro, havia ajustado com Vossa Paternidade [...]” (Brasil, 1938, p. 137).²⁰

Do mesmo modo, no que refere aos escravizados, como tangedores das boiadas, verificamos nos registros do livro de razão, da Fazenda Brejo do Campo Seco, na qual o proprietário Pinheiro Pinto escriturara a negociação de duas boiadas distintas, no início do século XIX. Consonante Santos Filho, (2012, p. 224), para escoar a produção de animais, o senhor do Brejo do Campo Seco utilizava a mão-de-obra de “gente sua” para o transporte das boiadas, assim anotadas, no livro de razão, em 1809, com comentários do autor,

“De. O sr. Igncio José da Nunciação da boyada q’ lhe mdo. [mando] em 11 de Janro. de 1809 pelos meos escravos [...]”. (Essa boiada consumiu 12 dias para vencer 180 quilômetros que separam o Campo Seco da atual comarca de Maracás, naquela época um pequeno povoado. [...] constou mais ou menos de 150 bois) (Santos Filho, 2012, p. 224, grifo do autor).

Equitativamente, nas aludidas anotações, o autor ainda registrara, em sua obra, outro trajeto do gado, ainda no mesmo ano, para a Capital da Província da Bahia. Assim,

“Levou Luiz para bayxo 183 bois em 20 de Abril de 1809”. (Luiz, um mulato a quem o fazendeiro chamou por vezes, nos livros manuscritos, de “meu Luiz”, conduziu para vender no Salvador, ainda em 1809, outras boiadas de 183 cabeças. [...]a expressão “seguir para baixo”, significava, no sertão de Rio de Contas, seguir para Salvador da Bahia, descer para o porto) (Santos Filho, 2012, p. 224, grifos do autor).

Nas léguas iniciais do trajeto, vários vaqueiros eram convocados para tangerem a boiada com o objetivo de tomar²¹ ou rebater algum animal que insistia em retornar ao pasto de sua origem. Assim, conforme Serejo, Viana e Macedo,

Só depois do primeiro pernoite é que as reses se desenganam e, desistindo de qualquer tentativa de resistência, seguem submissas estrada fora, rumo ao mercado. Três ou quatro Vaqueiros apenas bastam para conduzir o numeroso rebanho. Antes disso, porém, a cada 5 cabeças deve corresponder, em média, um vaqueiro (Torres, apud Serejo; Viana; Macedo, 2022, p. 305).

²⁰ “Carta para o Padre Missionário Frei Miguel de São Jerônimo, sobre ter ordenado a Francisco da Costa pague aos índios que viram com a sua boiada [...]” (Brasil, 1938, p. 161).

²¹ O termo “tomar”, na lida vaqueira, tem o sentido de atalhar, ocupar, opor ou impedir o animal de seguir na direção oposta que não seja o caminho predeterminado. Assim, quando são orientados a “tomar” a guia, o coice ou o costado (as margens dos caminhos), significa “colocar-se em qualquer dessas posições com relação, a um animal ou grupo deles” (Serejo; Viana; Macedo, 2022b, p. 310, grifo dos autores).

Em síntese, esses procedimentos iniciais, fundamentados nas narrativas de viajantes do século XVII, foram assim referenciados por Antonil: “Guiam-se indo uns adiante, [aboindo] para serem desta sorte seguidos do gado, e outros vêm atrás das reses, tangendo-as, e tendo cuidado que não saiam do caminho e se amontoem” (Antonil, 1982, p. 202, grifo nosso). Com igual característica, no grupo de trabalho coordenado por José da Conceição, cognominado “Zezão”, as funções são bem definidas entre o guia e o coice e segundo ele “tem que ser três tangedor. Um na guia e dois no coice tangeno. Um na frente pro gado num correr e [a boiada] vai siguino e a gente vai acumpanhano [os animais]” (Conceição, 2005, grifos nossos).

Dessa maneira, ressaltamos que essas práticas aludidas ao transporte de bois, desempenhadas pelos passadores²², guias²³ e tangerinos de outrora, descritas nas narrativas do jesuíta André João Antonil, sobre a condução do *gado vacum*, para os centros consumidores, foram reforçadas, caracterizadas e minuciadas por outros tangerinos dois séculos após os escritos do cronista. Dessa forma, os alusivos procedimentos e traquejos utilizados pelos condutores de boiadas nos primórdios da apropriação das terras dos sertões baianos, perduraram até os meados do século XX, desempenhadas pelos tangerinos, que transitaram por estradas e caminhos vicinais através de uma cadeia rudimentar de saberes e fazeres e transmitidos pelos mais velhos através dos tempos.

De outra forma outro nosso entrevistado, Manoel Gonçalves dos Santos, conhecido como “Mané de Tomás” salienta a correlação entre o quantitativo das reses e o número de tangedores empregues na tarefa de comboiar o gado que “depende do tanto dos boi [...] oito, seis tangedor. Cinquenta boi, cinco; cem boi bem uns dez” (Santos, 2005). Desse modo, conforme destacara o nosso coadjutor, o trabalho era coletivo e as

²² Passador: “Condutor de gado, levando-o das fazendas de criação para as feiras ou pontos de venda, através de dezenas de léguas. Superintendia os tangerinos, escolhendo estradas, fazendo atalhos e sabendo os passos melhores, ou vaus nos rios cheios e as *travessias* menos perigosas, conhecendo os depósitos naturais onde a água ficava, nas locas dos rochedos, lapas das serras e em certas raízes e bolbos” (Cascudo, 1954, p. 476, grifo do autor).

²³ Guia: “O tangerino (a pé), o vaqueiro (a cavalo) ou mesmo o animal ou rês que caminha na frente dos demais, isto é, na cabeceira. De espaço em espaço costuma (o homem) aboiar e, modernamente, conduz uma bandeira vermelha para advertir os veículos nas estradas. Quando a pé (tangerino), leva uma vara ou cacete para rebater alguma rês que intime em fugir”. (Serejo; Viana; Macedo, 2022b, p. 207, grifos dos autores).

funções compartilhadas de modo igualitário e comum a todos, inclusive do “incargado da boiada, era tangedor, mas era quem levava o dinhêro pra suprir a gente” (Santos, 2005).

Essas marchas dos tangerinos e das boiadas por trilhas e veredas nos sertões da Bahia, descritas, no setecentos, por Antonil, destaca, dentre outros fatos, a marcha diária dos tangedores,

As suas jornadas são de quatro, cinco e seis léguas, conforme a comodidade dos pastos onde hão de parar. Porém aonde há falta de água, seguem o caminho de quinze e vinte léguas, marchando de dia e de noite, com pouco descanso até que achem paragem aonde possa parar (Antonil, 1982, p. 202).

Da mesma forma, na década de 1950, nosso coadjutor Manoel Gonçalves dos Santos, conhecido por Mané de Tomás, descreve suas atribuições e reveses, como tangerino, no transporte com as boiadas, assim pormenorizada na entrevista,

Tangi boi dois ano pro Norte: Viçosa, [Estado de Alagoas] e Rio Branco [atual Arcoverde, em Pernambuco]. [...] Pra Viçosa é seis légua pur dia, pra gente tirar. Pra Rio Branco é quato, cinco tinha de tirar. Mas pra Viçosa é mais longe. Pra Viçosa quando nós chegamo a derradêra vez que eu fui, me deu vontade de ficar lá. Pra vim de pé praqui é longe, meu sinhô, é longe (Santos, 2005, grifos nossos).

Sob o ponto de vista do trajeto das boiadas, os caminhos não podem ser concebidos como vias amplas e carroçáveis, nem tampouco distinguidos sob o conceito atual de “estrada”. Naturalmente, eram trilhas, veredas e picadas de chão batido, tortuosos, rudimentares, cujo espaço natural, entre as árvores, permitia a passagem e deram origem aos caminhos por onde sobrevieram as boiadas e as tropas de muares. Nesse aspecto, de acordo com Adolpho Augusto Pinto, (1903 apud Cintra, 1934), antes do apporto dos europeus, no alvorecer do século XVI, havia, em Pindorama, um sistema viário, ainda que rústico, de trilhas, caminhos e estradas extensas, construído pelo gentio que interligavam “vários pontos do litoral com o mais longínquo interior do país” (Pinto, 1903, p. 9). Essas linhas, de comunicação indígena, encontradas pelos europeus, assinalada por Pinto, foram assim definidas por Cintra,

Esse caminho, primitiva via indígena de comunicação, pré-colonial, era chamado de *Peabirú* ou *Piahiyú*²⁴ pelos índios, e “caminho de São

²⁴ A palavra “*peabiru*”, de provável origem tupi-guarani, apresenta grafias diferentes por onde o “Caminho de *Peabiru*” cruzava: “*peabeyú*, *peavyjú*, *peavirú*, *peabeyú*, *tape avirú*, *tape abiru*”. Assim como as diversas grafias, esse termo também apresenta uma grande variedade de traduções, como: “caminho forrado; por

Tomé” pelos jesuítas. Encontrando caminho existente antes da vinda dos conquistadores europeus, os jesuítas o atribuíram a intervenção sobrenatural, e concluíram que fora feito por milagre, com a só passagem do apóstolo São Tomé por aquelas partes (Cintra, 1934, p. 4).

Por essas estradas das boiadas, trilharam tropeiros e tangerinos, tangendo mulas e bois, trazendo “notícias do mundo de lá”, assim como viajantes, estrangeiros e pesquisadores percorrendo os sertões baianos. Por uma dessas trilhas, ao norte da Bahia, os alemães Spix e Martius, durante sua viagem ao Brasil, entre os anos de 1817 e 1820, testemunharam, nos recônditos da Serra de Itiúba, um lote de gado, comboiado por homens, os quais prestaram informações sobre o trajeto. Assim, “Quando descemos pelo lado oeste da montanha, encontramos uma boiada de 300 reses, que, vindas do Piauí, haviam feito viagem de cem léguas, destinando-se à Bahia” (Spix; Martius, 2016, p. 223).

Ainda no século XIX, segundo Neves, na passagem de Teodoro Sampaio, na região de Caetité, em 1880, “Manadas de gado bovino, criados nesses campos, ou aqui estacionados quando procedentes das várzeas do rio São Francisco, descem de contínuo para a região da beira-mar, e se compram nos currais a 25 e 30 mil-réis por cabeça” (Sampaio, 1955, p. 176-184 *apud* Neves, 1998, p. 211-212).

Ao revisitarmos os trajetos das boiadas, alicerçado nas informações oficiais do Governo da Bahia, em 1923, (Pereira,²⁵ 2004), conjecturamos com os alusivos informes, a rota dos caminhos abertos no período colonial, trilhados pelos bois conduzidos, a pé, para as feiras de Capoame e Santana dos Olhos D’Água. Nesses itinerários plausíveis, os quais constituíram as rotas de passagem do gado de outrora, alvoreceram os arraiais, vilas, povoados, embriões dos grandes centros urbanos da atualidade. Dessa forma, Pereira mapeara o fluxo das boiadas em consonância com o itinerário geográfico contíguo por regiões, foram assim descritos pelo autor. Dessa forma, na “Primeira Corrente” o comboio das boiadas provenientes do

[...] Sul do Estado do Piauí, recebendo gado do Norte do Estado da Bahia, desce, atravessa o rio São Francisco um pouco acima da cidade da Barra e se dirige para a cidade de Morro do Chapéu; [enquanto que no segundo itinerário, o gado derivado do] Norte de Goiás, passando acima da cidade de Barreiras, recebendo gado dos municípios vizinhos,

aqui passa o caminho antigo de ida e volta”; “caminho pisado”; “marca do caminho” e “caminho que leva ao céu”. (Cyrillo, 2023, p. 22).

²⁵ Dionysio Pereira ocupara a Delegacia do Serviço de Indústria Pastoril, do Governo do Estado da Bahia, na gestão do Governador Joaquim José Seabra, entre 1920-1924.

dirige-se também para o município de Morro do Chapéu (Pereira, 2004, p. 127-128, grifos nosso).

Do mesmo modo, Poppino embasado, também, nas assertivas de Ferreira, afirma que,

“o gado do Sul do Piauí e Norte de Goiás, percorria mais de 450 milhas²⁶ para alcançar Jacobina, via cidade da Barra, no rio São Francisco, [onde as duas correntes se entrecruzavam e a maioria dessas reses era encaminhada,] através Morro do Chapéu, para as ricas invernadas de Mundo Novo e Rui Barbosa” (Poppino, 1968, p.162, grifo nosso).

Na “terceira corrente” a rota do gado, descrita por Pereira, os animais oriundos do Estado de Goiás e Norte de Minas Gerais faziam esse percurso,

“[...] atravessando o rio São Francisco, entre as cidades de Cachoeirinha e Lençóis, entra no município de Capivari, [atual município de Baixa Grande], pela cidade de Orobó [atualmente Rui Barbosa] no município de Mundo Novo pela citada encruzilhada Barra e também no município de Itaberaba” (Pereira, 2004, p. 128, grifo nosso).

No quarto trajeto pormenorizado por Dionysio Pereira, o gado do Norte de Minas Gerais, chegava à Feira de Santana “atravessando o Rio São Francisco, passa por Monte Alto, Caetitê, Bom Jesus dos Meiras, [atual cidade de Brumado], Ituaçu, Maracás, João Amaro e daí por Itaberaba pelo lugar denominado Gonçalo Grande, distribuindo-se pelos municípios circunvizinhos” (Pereira, 2004, p. 128, grifo nosso).

Esse gado, conforme Poppino (1968, p. 163) “viajava quase setecentas milhas²⁷ até Feira de Santana, através de um caminho bem definido, trilhado desde o início do século dezoito pelos mineradores de ouro”. Ainda consonante o autor, a partir de João Amaro, “algumas dessas boiadas seguiam diretamente para Itaberaba, enquanto o resto se dispersava pelos campos de engorda dos municípios vizinhos” (Poppino, 1968, p. 163).

Outras boiadas, vindas de outras estâncias do Norte de Minas Gerais, chegavam à Bahia, que consonante Pereira,

Vem de Fortaleza, [atual, município de Pedra Azul-MG], Norte de Minas, atravessando o Rio Pardo, dirige-se para o município de Conquista, Poções, Jequié, bifurcando neste município: parte segue para Santa Ignez, Areia, [atual cidade de Ubaíra] Amargosa, Santo Antonio de Jesus e Nazareth; parte dirige-se para João Amaro, encontrando-se com a quarta corrente, e segue para o município de

²⁶ 450 milhas equiparam-se em torno de 120 léguas ou 724 quilômetros (nota do autor).

²⁷ 700 milhas equivalem, aproximadamente, a 1.126 quilômetros ou 188 léguas (nota do autor).

Itaberaba, passando pelo lugar denominado Gonçalo Grande (Pereira, 2004, p. 128, grifo nosso).

Nesse trajeto, conforme Poppino, o gado percorria cerca de trezentas milhas²⁸ até alcançar Feira de Santana. Assim, “quando já suficientemente recuperados da grande caminhada, os animais das duas regiões, [das duas rotas distintas], continuavam até Feira de Santana, via Mundo Novo e Ipirá” (Poppino, 1968, p. 163, grifo nosso).

Ainda conforme Dionysio Pereira, as reses oriundas do território baiano, assim como as boiadas vindas de outros Estados, após os intervalos para descanso e ganho corporal, nas invernadas nos campos de outros municípios, seguiam para a Feira de Santana, obedecendo aos trajetos que se seguem,

[...] o de Mundo Novo passando pelos municípios de Camisão, [atual Ipirá], e Baixa Grande; o de Capivary por Camisão; o de Itaberaba por Camisão. O gado dos municípios de Jacobina e municípios circunvizinhos que vem também de Goiás e Piauí, parte segue para Mundo Novo e parte para Monte Alegre, Riachão [do Jacuípe], Tanquinho e Feira de Santana.

O gado de Monte Santo, Queimadas, Santa Luzia, Gavião e municípios vizinhos dirige-se para [Conceição do] Coité e daí para Tanquinho e Feira de Santana. O gado criado em Pombal, Tucano e municípios próximos se dirige para Araci, Serrinha, Tanquinho e Feira de Santana. O de Itapicuru, Bom Conselho, Santo Antonio da Glória, Patrocínio do Coité destina-se em maior parte para o Estado de Sergipe. O de Curaçá destina-se em parte para Pernambuco e Alagoas (Pereira, 2004, p. 128, grifos nossos).

As condições corporais desse gado, no relato de outro observador, do século XVIII, para alcançar os campos de Feira de Santana, após percorrer centenas de quilômetros, os bois “[...] postos que em pé, estão mortos, estão corruptos para os talhos [os quais] há quem não conheça estar a carne daqueles animais tão longe de ser bom alimento [...]” (Vilhena, 1969a, p. 160, grifo nosso).

Esse trabalho além de exigir atenção, zelo e um descomunal esforço dos tangedores, submetia as boiadas a um enorme desgaste físico ao longo do percurso, chegando estropeado ao destino, acarretando, com isso, em uma má qualidade da carne. Concomitantemente, Vilhena (1969a, v. 1, p. 160) pormenoriza essas boiadas, vindas dos longínquos sertões para o Campo do Gado, em Feira de Santana, no início do século XIX, como animais esqueléticos cuja compleição corpórea era sustentada exclusivamente com

²⁸ 300 milhas correspondem por volta de 483 quilômetros ou 80 léguas (nota do autor).

a vegetação nativa encontrada no decurso dos caminhos já assolados pelos comboios que por ali passaram.

Equitativamente, a prática comum com a alimentação das boiadas, nos trajetos, permanecera sem alterações nos séculos vindouros, conforme relato dos nossos colaboradores. José da Conceição, nas suas jornadas de até oito dias assevera que nas viagens “o gado come a fôia dos mato, aí dos mato. Adonde a gente acha roça, bota na roça e adonde num acha... Tem dia que leva dois dia sem cumer” (Conceição, 2005). Com tal característica, Manoel Gonçalves cujo trajeto com as boiadas alcançava até vinte e oito dias, assegura que a fadiga peculiar das longas caminhadas ocasionava, em alguns animais, ulcerações nos cascos,

Dá o de cumer o gado aqui e aculá, arrudiava pro gado cumer, dava água [...]. Enche a barriga a vontade. Agora istrupêia. Tem muito qui istrupêia. A istrada istrupêia. Eu fiquei cum três boi num lugar pur nome Oiti, qui o encarregado do trabáio me deixou tratar dos boi, botano árcu nos casco, pra aquilo num caliçê. Fiquei doze dia cum esses boi dano o dicumê (Santos, 2005).

Nas travessias dos rios, conforme Antonil, nos registros dos informes colhidos no século XVIII, assegura que “Nas passagens de alguns rios, um dos que guia a boiada, pondo uma armação de boi na cabeça, e nadando mostra as reses o vão por onde hão de passar” (Antonil, 1982, p. 202). Entretanto, em meados do século XX, nas informações obtidas através dos coadjuutores deste trabalho, como no setecentos, a travessia do gado, nos avultados cursos d’água, era realizado a nado pelos animais, guiados por homens em canoas, sem entretanto se utilizar do embuste do guia, assim como relatado por Antonil.

De acordo com Andrade (2005), os tangerinos residiam nos povoados, cidades e vilas próximas às fazendas, onde havia demanda para comboiar o gado e as oportunidades de trabalho eram maiores. Consoante o autor, eventualmente alguns tangerinos viviam em algumas fazendas e nas áreas onde a fertilidade do solo era propícia ao cultivo, eles praticavam a agricultura de subsistência como o milho e feijão e mandioca. Essas moradias, ainda conforme o autor, eram verdadeiras

[...] choupanas com telhado de uma só água, chamadas em Sergipe de “testas de bode”. As camas de que dispunham, muito pobres e formadas por um estrado sobre forquilhas, eram chamadas “isidoras”. A hora do almoço toda a família se reunia em torno de um alguidar de barro, de onde se retira com as mãos o alimento. A única refeição diária era constituída, quase sempre, de feijão, farinha, pimenta e sal, às vezes acompanhada de carne (Andrade, 2005, p. 204).

Desse modo, os tangerinos passavam a vida transpondo os sertões tangendo as boiadas, a passos curtos, para as fazendas ou para os mercados litorâneos, consumidores de carne e de tração animal. O transporte dessas volumosas boiadas, desde o alvorecer do século XVIII, produto de comercialização nas feiras de gado, era paga ao “passador” pelo número de reses transportadas, como explica Antonil: “[...] se a boiada constar de duzentas cabeças de gado, dão-se-lhe outros tantos cruzados, se com todas chegar ao lugar destinado. Porém, se no caminho algumas fugirem, tantos cruzados se diminuem quantas são as reses que faltam” (Antonil, 1982, p. 202).

Conforme o relato de Mané de Tomás, esses dispêndios com a alimentação, no traslado com o gado até o seu destino, assim como o regresso, até a origem, corriam por conta dos tangedores das boiadas. Dessa maneira, no que concerne à remuneração paga aos tangerinos, ocasionalmente, na condução das boiadas, nosso coadjutor alega que, à época, recebia “um pagamento barato [...]. Nesse tempo de dinheiro véio. Num sei como é esse dinheiro véio mais. Arcançei ele, mas hoje é ôto dinheiro” (Santos, 2005).

No que concerne aos locais de pernoite de Manoel de Tomás e seus companheiros de jornada eram arremedados conforme as condições impostas pelas trilhas e veredas com as boiadas. Desse modo, Mané de Tomás, nas viagens, carregava, a tiracolo, uma rede para o merecido repouso diário: “Uma redinha nas costa. Redinha assim daquelas puxadinha. Neguinho armava a rede, quer dizer, uns durmia no chão [...]. Mais era no chão [...]. Eu era numa redinha (Santos, 2005). Esses armadores de rede ficavam dispostos nos pontos de paragens fixos e já definidos no roteiro inicial das viagens. Esses sítios, mantidos em pontos estratégicos pelos beiradeiros²⁹, eram currais de pernoite, distribuídos ao longo dos caminhos, os quais ofereciam descanso e alento às tropas de burro e tangedores de boiadas, cujos moradores eram recompensados por transeuntes pelos serviços prestados. Assim, Mané de Tomás, afirma que “naqueles ponto pra gente durmir era pago. Agora eles botavam água, botavam lenha, tinha panela pra cunzinhar” (Santos, 2005). Sistemáticamente, antes dessas paradas noturnas, os tangerinos circundavam com

²⁹ Beiradeiro: morador à margem das estradas. Conforme Santos Filho (2012), viajantes e naturalistas que percorreram o país, no início do século XVIII relataram inúmeros estabelecimentos instalados ao longo dos caminhos, para servirem de apoio aos transeuntes, tangerinos e tropeiros.

o gado pelas estradas para oferecer algum conforto e amenizar a sede e a fome dos animais.

Assim, conforme Mané de Tomás,

A gente arrudiava [o gado]. Arrudiava até base dumas três hora a gente arrudiava. Quando dava a base dumas três pra quato hora, a gente tinha aqueles ponto de a gente durmir que a gente puxava pra durmir, né. [...] Aqueles ponto, [inaudível] cobrava o boi dizoito réis, dois tões, pra o boi durmir no currá daqueles camarada. [...] Chegava no pôr do sol, levantava na saída do sol e balançava no mundo. [...] De madrugada, mitia os pé (Santos, 2005).

Enquanto nos pontos de paradas aleatórios escolhidos por Zezão e sua comitiva eles se alimentavam apenas de um “pedacinho véio de carne assada com uma rapadurinha” e convergiam nas estradas a algum “biombo pra tomar uma cachacinha pra cortar o suóli” (Conceição, 2005), Mané de Tomás e seu grupo tinham suas estadas diferenciadas. Assim, de acordo com Santos,

[Ao romper do dia] levantava. Pra gente fazer café, assar carne quem dizia que ia comer [...]. Chegava de noite, botava a carne no fogo, cumia iscamuçada. Essa hora já tinha cumido. [a entrevista foi realizada entre 09hs e 10hs]. Quando fosse de noite ou mei-dia cumia ôta coisinha, mas o de cumer mió era de noite. [...] Iscureceu botava feção no fogo, quem quizesse cumer, carne de bode ali [...]. E tomava uma bicadazinha. E de lá pra cá de noite, nego tomava era muita. Não muita assim também. Um golinho aqui, aculá (Santos, 2005, grifos nossos).

As crônicas, iniciais da ocupação portuguesa, relatam que o dispêndio com o animal, utilizado na matalotagem³⁰, assim como o extravio, roubo ou morte de alguma rês, integrante das boiadas nos trajetos, era deduzido do montante pago pelo serviço de entrega no local combinado. Era dever e obrigação do passador realizar a entrega total dos bois vivos no destino contratado, mesmo que em estado sepulcral, como informado por Vilhena, sobre os quais recebia um valor adicional por cada animal transportado. Entre os nossos colaboradores, José da Conceição, quando indagado sobre os acidentes ou mortes de bovinos nas estradas, afiança que “[...] se morrer uma rês quem perdeu foi o pratão e se tomém o animal [a montaria] morrer quem perdeu foi a gente. [...] O prejuízo é de quem perdeu” (Conceição, 2005).

³⁰ Conforme Licurgo dos Santos Filho, o termo “Vaca de matalotagem”, remete ao animal [geralmente fêmea mais velha] sacrificado para alimentação (Santos Filho, 2012, p. 217, grifo nosso).

No que se refere aos crimes tipificados como roubos ou assaltos, não encontramos alusões nas referências bibliográficas consultadas, nem tampouco nas conversas com nossos coadjutores. Conforme Mané de Tomás, que comboiava gado na década de 1950,

Nesse tempo, tinha rôbo não! [...] Não sinhô. Nesse tempo a coisa era ôta. Levava, trazia o dinhêro do patrão nas costa e num tinha... Era. Ôi o maço de dinhêro. [...] Tinha um encarregado e trazia o dinheiro, nas costa, pra intregar aqui os patrão.[...] Hoje é que você pega dez tões daqui praquela rua, vão tomar. Naquele tempo, trazia dinheiro, nas costa, num malote bem amarrado cum lombo de ovêia, bem atracado nas costa ali e vinha disatar aqui (Santos, 2005).

Durante todo o trajeto, o número de animais era conferido, a cada parada, sob a pena de alguma cabeça do gado se desvencilhar do lote e ficar pelos caminhos. Consoante Manoel Gonçalves, “contava os boi todo dia. De tarde, pra dormir, contava pra saber. Tinha um encarregado [...]” (Santos, 2005). Assim, não obstante a imensa precaução e responsabilidade, dispensada pelos tangerinos no manejo com o gado, nos itinerários, por algum descuido, alguma rês transmalhava-se pelas estradas. Para ilustrarmos esse fato, como provável desvio no itinerário do gado, aparecera, em 1952, na fazenda Alecrim³¹, junto ao rebanho, uma novilha alvaçã³² com ferro e sinal desconhecido na região. O proprietário das terras, Sr. Francisco de Souza Bonfim, após duas décadas do aparecimento do animal, resolvera vender toda a descendência proveniente dessa dita novilha e empregar o montante na construção da Escola Paroquial José Bonfim Sobrinho, a qual fora entregue à comunidade de Santa Rosa de Lima, em 12 de outubro de 1975.

Esses animais debilitados pela fadiga da viagem, pela alimentação frugal e pela escassez da água nas jornadas acabavam servindo de estorvo na marcha e atrasando a entrega da “mercadoria” no prazo contratado. Dessa forma, alguns beiradeiros assentaram moradias ao longo das estradas para mercadejarem com o gado estropiado nas jornadas com o intuito de estabelecerem uma propriedade ou ofertá-los futuramente em melhores condições. Assim,

Ao longo [dessas estradas] estabeleceram-se alguns moradores, apesar das dificuldades locais, para prestarem concurso aos viajantes e as boiadas que transitavam na proximidade ou para recolherem a baixo

³¹ A fazenda Alecrim está localizada no povoado de Santa Rosa de Lima, em Jaguarari-BA. O documento da doação, (1 f.) datilografado e assinado pelo proprietário, Francisco de Souza Bonfim, encontra-se no Museu do Vaqueiro, no povoado de Santa Rosa de Lima e nos fora repassado pela pesquisadora Mônica Andrade (nota do autor).

³² “[...] Diz-se de bovino que possui pelagem alvaçã, i. é, branca ou esbranquiçada, sem qualquer pinta, mancha, malha ou barga” (Serejo; Viana; Macedo, 2022b, p. 46).

custo alguma rês estropiada pelas longas caminhadas, e constituírem assim uma pequena fazenda (Prado Júnior, 1963, p. 68, grifo nosso).

Ainda conforme Mané de Tomás, a roupa de trabalho, sistematizada entre os tangedores do seu grupo, confeccionada por costureiras residentes no Canché e consistia num traje de mescla azul, associado a um bisaco³³ do mesmo tecido, no qual era armazenado o farnel³⁴ para a viagem,

Era um bornali bem feitcho medonho de mescona azuli. [...]. Aqui tinha muita custurêra, faziam aqueles bornalzão bem feitcho [...]. Um bem equipado medonho [...] Tinha a capa da gente botar a carne e tinha a capa de botar farinha [...] Farinha, carne, rapadura, café, tudo. [...] E a latinha do café a gente botava dum lado (Santos, 2005).

Sobre os utensílios utilizados nas viagens, Mané de Tomás descreve seus aprestos de forma concisa e caracterizada nas raras fotografias como os apetrechos comuns aos tangerinos, na condução do gado. Dessa forma, “[...] A faca era dum lado, [na cintura e, na mão,] um manguázin³⁵ de couro. Um pedacin de pau forte, eu que num tenho um aqui. Era um manguá de reio, de gado mermo, do couro. Era bem feitcho. Era bem arriado com agidô³⁶. Era enfeitado tudo” (Santos, 2005, grifo nosso).

Ao analisar uma imagem do Campo do Gado em Feira de Santana-BA em 1929, Oliveira (2016, p. 104), observa o empenho do fotógrafo e o ímpeto em “absorver o maior número de conteúdos possíveis” da famosa feira de gado baiana no século passado. Nessa fotografia, os tangerinos são aqui ressaltados como “saltamoitas” e retratados como “homens de pouquíssima bagagem, com uma capanga a tiracolo onde carregava a calça que tirava logo ao sair da cidade, carne seca, farinha, um caneco de flandre e munição para a espingarda” (Lajedinho, 2006, p. 71 *apud* Oliveira, 2016, p. 104). Otavio Pinto, por sua vez, afirma que o tangerino,

³³ Bisaco: bernal; mochila (Ferreira, 1986, p. 261).

³⁴ Farnel: provisões alimentícias para jornada (*Ibid.*, p. 759).

³⁵ Manguázin: Diminutivo de Mangual. Conforme Serejo; Viana; Macedo, o termo se refere ao “chicote de couro curtido, trançado, longo, preso a um cabo de madeira, tendo na extremidade um fio resistente denominado ponta de linha [ou simplesmente ponteira]. [...] [Também conhecido como Gurinhém], não serve apenas a tanger os animais; serve igualmente para orientá-los, mudar de rumo, tomar outro caminho, sempre contrário à chicotada” (Serejo; Viana; Macedo, 2022b, p. 131 e 209, grifos nossos).

³⁶ Agidô: pressupomos que o vocábulo utilizado por nosso entrevistado se refere ao trançado de quatro tentos, manufaturado em couro cru de bovino, com aproximadamente meia braça (1,10m) de comprimento, utilizado para a confecção do mangual. Assim, vaticinamos que o termo faz alusão à corruptela de um instrumento que “age com a dor” (nota do autor).

Traja sempre roupa comum, chapéu de palha de carnaúba, alpercatas, chicote, trazendo às costas a rede dentro dum saco de couro e os utensílios para preparar as suas refeições. Em seus trajes característicos e em sua vida nômade, assemelha-se a um cangaceiro desarmado. [...] Dorme no mato ou nos currais das fazendas onde arma a sua rede enquanto o gado fica pastando (PINTO, 1943, p. 48).

Ao finalizarmos este trabalho, sobre a condução do *gado vacum*, destinados ao abastecimento litorâneo da carne e da tração animal, vivenciamos a importância dos tangerinos para a economia do pastoreio e, contudo, foram colocados, como outros sujeitos históricos, no estrato social de inferioridade e segregação, pela História Social.

Considerações finais

Ao finalizarmos este trabalho, sobre os tangedores do gado, vivenciamos, através das oitivas dos nossos coadjuutores, a importância desses indivíduos para a economia do pastoreio e, contudo, foram colocados, como outros sujeitos históricos, no estrato social de inferioridade e segregação, pela História Social.

Objetivando caracterizar a rotina e as condições socioeconômicas dos tangerinos como indivíduos coadjuutores dos vaqueiros na especificidade da condução das boiadas, dos recônditos dos sertões nordestinos para as principais feiras do *gado vacum* encontramos, nas nossas pesquisas, poucas alusões, na bibliografia consultada, a esses homens. Assim, ficara manifesta a utilização dos recursos da história oral, sob uma perspectiva ampliada, compreendendo-a para além da dimensão metodológica, como assinalou (Thomson, Alistair, 2000).

Evidenciou-se que esses indivíduos, muito embora parcamente discutido pela historiografia baiana, como comboiadores das boiadas, a pé, legaram suas contribuições na economia, na cultura, nos saberes e fazeres do trajeto com o gado pelas veredas e caminhos vicinais dos sertões nordestinos. Entretanto, outras descobertas alusivas aos labores desses sujeitos históricos ainda permanecem no obscurantismo e carecem de um estudo mais arraigado sobre o tema.

Com tal característica, comprovou-se, também, a necessidade de um estudo minucioso alusivo às peculiaridades dos acordos de trabalho, firmados apenas na palavra empenhada e geridos pelos laços de confiança e honestidade. Essas dinâmicas, assim como os vínculos de trabalho, estão amparadas nas tradições orais, como fontes

demarcadoras das relações desiguais e que, em alguma medida, foram caracterizadas pelas bases e premissas da economia colonial.

Assim, nota-se, a partir dessas constatações, a incontestabilidade de uma pesquisa mais aprofundada sob a perspectiva dos tangerinos como comboiadores do gado, pela historiografia, tendo em vista a importância desses indivíduos na formação socioeconômica e cultural brasileira.

REFERÊNCIAS

- ABREU, J. Capistrano de. *Capítulos da história colonial: 1500-1800*. Brasília: Senado Federal, 1998. 226 p.
- ANDRADE, Manoel Correia de. *A terra e o homem do Nordeste: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste*. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2005. 334 p.
- ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil*. 3. ed. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1997. 240 p.
- AZEVEDO, Thales de. *Povoamento da cidade do Salvador*. Salvador: Itapuã, 1969. 428 p.
- BOAVENTURA, Eurico Alves. *Fidalgos e vaqueiros*. Salvador: UFBA, 1989. 458 p.
- BRANDÃO, Ambrósio Fernandes. *Diálogos das grandezas do Brasil*. Brasília: Senado Federal, 2010. 332 p.
- BRASIL. Ministério da Educação e Saúde. *Documentos históricos: Senado da Câmara — Bahia: 1696-1726; Consultas do Conselho Ultramarino — Bahia: 1673*. [Rio de Janeiro]: Biblioteca Nacional, 1950. v. 87.
- BURKE, Peter. *A escrita da história: novas perspectivas*. Organização e tradução de Magda Lopes. São Paulo: UNESP, 1992. [Ver obs. ao final sobre capítulo específico.]
- CALMON, Pedro. *História da Casa da Torre: uma dinastia de pioneiros*. 3. ed. Salvador: Fundação Cultural do Estado da Bahia, 1983. 230 p.
- CAMINHA, Pero Vaz de. *Carta de Pero Vaz de Caminha a el-rei D. Manuel: escrita na ilha de Vera Cruz em 1º de maio de 1500*. Ed. fac-símile. Bahia: Reis e Comp., 1900. (Edição para o Instituto Geográfico e Histórico da Bahia pelo 4º centenário da descoberta do Brasil.)
- CINTRA, Jaime. *Viação férrea nos Estados de São Paulo e Mato Grosso*. *Revista do Club de Engenharia*, set. 1934, p. 3-13.
- CONCEIÇÃO, José da. *Entrevista concedida à equipe do Projeto Aboio*. *Canudos*, 10 ago. 2005.
- CUNHA, Euclides da. *Os sertões*. São Paulo: Martin Claret, 2002. 560 p.
- DIAS, João Castanho. *500 anos de leite no Brasil*. São Paulo: Calandra, 2006. 147 p. Disponível em: https://repositorio.ufpe.br/jspui/bitstream/123456789/7050/1/arquivo3296_1.pdf
- FERREIRA, Marieta de Moraes. *História oral: velhas questões, novos desafios*. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). *Novos domínios da história*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012. p. 169-186.
- FREYRE, Gilberto. *Nordeste: aspectos da influência da cana sobre a paisagem do Nordeste do Brasil*. 6. ed. Rio de Janeiro: Record, 1989. p. 119.
- FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. 13. ed. São Paulo: Nacional, 1975. 249 p.
- GOULART, José Alípio. *Brasil do boi e do couro*. Rio de Janeiro: GRD, 1965. 265 p. v. 1.

TELES, Miguel Angelo Almeida. Um pé no sertão o outro, na praia: o comércio do gado sertanejo nas feiras da Bahia. *BARAÚNAS: Revista de História*, Feira de Santana: Universidade Estadual de Feira de Santana, v. 3, n. 4, p. 368-397, jan./jun. 2025. ISSN 2965-3053. DOI: 10.13102/barh.v3i4.11366

- GUIMARÃES, Alberto Passos. Quatro séculos de latifúndio. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997. 255 p.
- HALBWACHS, Maurice. A memória coletiva. Tradução de Laurent Léon Schaffter. São Paulo: Vértice, 1990. 189 p.
- LE GOFF, Jacques. Memória. In: LE GOFF, Jacques. História e memória. Tradução de Bernardo Leitão et al. 5. ed. Campinas: Unicamp, 2003. p. 419-476.
- LIMA SOBRINHO, Alexandre José Barbosa. O devassamento do Piauí. Rio de Janeiro: Editora Nacional, 1946. 190 p.
- MATOS, Gislayne Avelar. A palavra do contador de história: sua dimensão educativa na contemporaneidade. São Paulo: Martins Fontes, 2005. 203 p.
- MAXIMILIANO, Príncipe de Wied-Neuwied. Viagem ao Brasil. Tradução de Edgar S. de Mendonça; Flávio P. de Figueiredo. São Paulo: Editora Nacional, 1940. 511 p.
- NEVES, Erivaldo Fagundes. Crônica, memória e história: formação historiográfica dos sertões da Bahia. Feira de Santana: UEFS, 2016. 512 p.
- NEVES, Erivaldo Fagundes. Curraleiro, crioulo, peduro: a pecuária como fator da formação socioeconômica do semiárido. In: NEVES, Erivaldo Fagundes (Org.). Sertões da Bahia: formação social, desenvolvimento econômico, evolução política e diversidade cultural. Salvador: Arcádia, 2011. p. 253-281.
- NÓBREGA, Manoel da. Cartas jesuíticas: cartas do Brasil: 1549-1560. Salvador: P55, 2015. 350 p.
- OLIVEIRA, A. M. C. dos S. Feira de Santana em tempo de modernidade: olhares, imagens e práticas do cotidiano (1950-1960). 2008. 220 f. Tese (Doutorado) — Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Recife, 2008.
- OLIVEIRA, Clóvis Ramaiana Moraes. Canções da cidade amanhecendo: urbanização, memórias e silenciamentos em Feira de Santana, 1920-1960. Salvador: EDUFBA, 2016. 436 p.
- PEREIRA, Dionysio. Indústria pastoril no Estado da Bahia. In: BAHIA. Secretaria de Cultura. Diário Oficial do Estado da Bahia. Ed. fac-símile. Salvador: Cartograf, 2004. p. 124-129.
- PINHO, Wanderley. História de um engenho do Recôncavo: Matoim – Novo Caboto – Freguesia (1552-1944). São Paulo: Nacional; Brasília: INL, 1982. 601 p.
- PINTO, Adolpho Augusto. História da viação pública de São Paulo. São Paulo: Vanorden, 1903. 322 p.
- PINTO, Otavio. O tangerino. O Malho, Rio de Janeiro, ano 61, n. 47, p. 48, dez. 1943.
- PITA, Sebastião da Rocha. História da América portuguesa. Brasília: Senado Federal, 2011. 474 p.
- POPPINO, Rollie E. Feira de Santana. Salvador: Itapuã, 1968. 328 p.

- PRADO JÚNIOR, Caio. Formação do Brasil contemporâneo. In: SANTIAGO, Silviano (Coord.). *Intérpretes do Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2002. v. 3, p. 1103-1488.
- PRADO, J. F. de Almeida. *A Bahia e as capitanias do centro do Brasil: 1530-1626*. São Paulo: Editora Nacional, 1945. 343 p. v. 1.
- ROTEIRO do Maranhão a Goiás pela Capitania do Piauí. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, tomo LXII, parte I, p. 60-161, 1900.
- SALVADOR, Frei Vicente do. *História do Brasil: 1500-1627*. Curitiba: Juruá, 2009. 358 p.
- SAMPAIO, Teodoro. *História da fundação do Salvador*. 3. ed. Salvador: ALB, 2016. 494 p.
- SAMPAIO, Teodoro. *O tupi na geografia nacional*. Ed. fac-símile. 6. ed. Salvador: Gráfica Falcão, 2010.
- SANTOS FILHO, Lycurgo. *Uma comunidade rural do Brasil antigo: aspectos da vida patriarcal no sertão da Bahia nos séculos XVIII e XIX*. Salvador: FPC; Feira de Santana: UEFS, 2012. 528 p.
- SANTOS, Manoel Gonçalves dos. *Entrevista concedida à equipe do Projeto Aboio*. Jeremoabo, 12 ago. 2005.
- SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1500-1835*. Tradução de Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 1988. 474 p.
- SEREJO, Vicente; VIANA, Graco Aurélio Melo; MACEDO, Helton Rubiano de (Orgs.). *O sertão de Oswaldo Lamartine: vocabulário do criatório norte-rio-grandense*. Natal: EDUFRN, 2022. v. 4. E-book (345 p.). ISBN 978-65-5569-226-6. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/45957>
- SHARPE, Jim. *A história vista de baixo*. In: BURKE, Peter (Org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: UNESP, 1992.
- SIMONSEN, Roberto C. *História econômica do Brasil*. Brasília: Senado Federal, 2016. 604 p.
- THOMPSON, Paul. *A voz do passado: história oral*. Tradução de Lólio Lourenço de Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992. 385 p.
- THOMSON, Alistair. *Aos cinquenta anos: uma perspectiva internacional da história oral*. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; FERNANDES, Tania Maria; ALBERTI, Verena (Orgs.). *História oral: desafios para o século XXI*. Rio de Janeiro: Fiocruz; FGV, 2000. p. 47-65.
- VILHENA, Luís dos Santos. *A Bahia no século XVIII*. Salvador: Itapuã, 1969a. 292 p. v. 1.
- VILHENA, Luís dos Santos. *A Bahia no século XVIII*. Salvador: Itapuã, 1969b. 253 p. v. 2.